

Vol 4 Issue 11 Aug 2015

ISSN No : 2249-894X

---

*Monthly Multidisciplinary  
Research Journal*

*Review Of  
Research Journal*

---

Chief Editors

---

**Ashok Yakkaldevi**  
A R Burla College, India

**Flávio de São Pedro Filho**  
Federal University of Rondonia, Brazil

**Ecaterina Patrascu**  
Spiru Haret University, Bucharest

**Kamani Perera**  
Regional Centre For Strategic Studies,  
Sri Lanka

---

## Welcome to Review Of Research

**RNI MAHMUL/2011/38595**

**ISSN No.2249-894X**

Review Of Research Journal is a multidisciplinary research journal, published monthly in English, Hindi & Marathi Language. All research papers submitted to the journal will be double - blind peer reviewed referred by members of the editorial Board readers will include investigator in universities, research institutes government and industry with research interest in the general subjects.

### *Advisory Board*

Flávio de São Pedro Filho Federal University of Rondonia, Brazil	Delia Serbescu Spiru Haret University, Bucharest, Romania	Mabel Miao Center for China and Globalization, China
Kamani Perera Regional Centre For Strategic Studies, Sri Lanka	Xiaohua Yang University of San Francisco, San Francisco	Ruth Wolf University Walla, Israel
Ecaterina Patrascu Spiru Haret University, Bucharest	Karina Xavier Massachusetts Institute of Technology (MIT), USA	Jie Hao University of Sydney, Australia
Fabricio Moraes de Almeida Federal University of Rondonia, Brazil	May Hongmei Gao Kennesaw State University, USA	Pei-Shan Kao Andrea University of Essex, United Kingdom
Anna Maria Constantinovici AL. I. Cuza University, Romania	Marc Fetscherin Rollins College, USA	Loredana Bosca Spiru Haret University, Romania
Romona Mihaila Spiru Haret University, Romania	Liu Chen Beijing Foreign Studies University, China	Ilie Pinte Spiru Haret University, Romania
Mahdi Moharrampour Islamic Azad University buinzahra Branch, Qazvin, Iran	Nimita Khanna Director, Isara Institute of Management, New Delhi	Govind P. Shinde Bharati Vidyapeeth School of Distance Education Center, Navi Mumbai
Titus Pop PhD, Partium Christian University, Oradea, Romania	Salve R. N. Department of Sociology, Shivaji University, Kolhapur	Sonal Singh Vikram University, Ujjain
J. K. VIJAYAKUMAR King Abdullah University of Science & Technology, Saudi Arabia.	P. Malyadri Government Degree College, Tandur, A.P.	Jayashree Patil-Dake MBA Department of Badruka College Commerce and Arts Post Graduate Centre (BCCAPGC), Kachiguda, Hyderabad
George - Calin SERITAN Postdoctoral Researcher Faculty of Philosophy and Socio-Political Sciences Al. I. Cuza University, Iasi	S. D. Sindkhedkar PSGVP Mandal's Arts, Science and Commerce College, Shahada [ M.S. ]	Maj. Dr. S. Bakhtiar Choudhary Director, Hyderabad AP India.
REZA KAFIPOUR Shiraz University of Medical Sciences Shiraz, Iran	Anurag Misra DBS College, Kanpur	AR. SARAVANAKUMARALAGAPPA UNIVERSITY, KARAIKUDI, TN
Rajendra Shendge Director, B.C.U.D. Solapur University, Solapur	C. D. Balaji Panimalar Engineering College, Chennai	V.MAHALAKSHMI Dean, Panimalar Engineering College
	Bhavana vivek patole PhD, Elphinstone college mumbai-32	S.KANNAN Ph.D , Annamalai University
	Awadhesh Kumar Shirotriya Secretary, Play India Play (Trust), Meerut (U.P.)	Kanwar Dinesh Singh Dept.English, Government Postgraduate College , solan

More.....

---

## STRATEGIES OF SUSTAINABILITY ABOUT ARTISINAL FISHERIES IN AMAZONIA, GUAPORÉ VALLEY, BRAZIL

(Estratégias de sustentabilidade da pesca artesanal no Vale do Guaporé, Amazônia/Brasil)



Josenildo Souza e Silva

Professor and Researcher of engineering Fishing at Federal University of Piauí – UFPI (Brazil),  
General Management of Pirarucu-Gente Project and Peixe-Vivo Program.



### ABSTRACT

The artisanal fishing is the activity of subsistence with socio-economic role, environmental and nutritional for the inhabitants of the Guaporé's Valley, understanding this importance the study sought to analyze current difficulties of the productive chain of artisanal fisheries in the Guaporé valley in Rondonia, fishing, fishermen, public policies and the future prospects. Within the framework of the Project Live Fish: sustainability of small-scale fishing in Rondonia (UNIR /MPA/FEPEARO ), the research used the quanti-qualitative approach, with the support of the research participatory action and analysis of indicators, using: semi-structured interviews,

participatory workshops and indicators in view of the dimensions of sustainability. The results point out the problems and conflicts in the fishing, the colonies and the fishermen, fish production 878.6 in 2012 more than 230 tons and generated more than R\$ 3 million, in 2013 showed a drop of 20% had a negative influence on the economy of the region. We identified still demands regarding the sustainable management of fisheries resources, the main strategy of resistance of fishermen to face the developmental projects, with emphasis on the predatory tourism, advancement of hydro and the monocultures of soybean and livestock that has promoted the unsustainability Amazon. Finally, the work synthesizes the experiences of research and public policies focused on promotion of shared management of the fisheries resources of the Amazon Guaporé.

**KEYWORDS:** *Fisheries management, fisheries, agro-ecology and sustainability.*

### Resumo

A pesca artesanal é a atividade de subsistência com papel socioeconômico, ambiental e nutricional para os habitantes do Vale do Guaporé, entendendo essa importância a pesquisa buscou analisar atuais dificuldades da cadeia produtiva da pesca artesanal no Vale do Guaporé em Rondônia, a pesca, os pescadores, as políticas públicas e as perspectivas futuras. No âmbito do Projeto Peixe Vivo: sustentabilidade da pesca artesanal de Rondônia (Unir/MPA/Fepearo), a pesquisa utilizou a abordagem quanti-qualitativa, com o apoio da investigação ação participativa e da análise de indicadores, utilizando: entrevistas semiestruturadas, oficinas participativas e indicadores na

perspectiva das dimensões da sustentabilidade. Os resultados apontam os problemas e conflitos da pesca, das colônias e dos pescadores, a produção pesqueira movimentou em 2012 mais de 230 toneladas e gerou mais de R\$ 3 milhões, em 2013 apresentou uma queda de 20% influenciando negativamente na economia da região. Identificamos ainda demandas quanto ao manejo sustentável dos recursos pesqueiros, principal estratégia de resistência dos pescadores para enfrentar os projetos desenvolvimentistas, com destaque para o turismo predatório, avanço das hidroelétricas e das monoculturas de soja e pecuária que têm promovido à insustentabilidade amazônica. Por fim, o trabalho sintetiza as experiências das pesquisas e políticas públicas focadas na promoção da gestão compartilhada dos recursos pesqueiros Amazônico do Guaporé.

**Palavras-Chave:** Pesca, gestão, pesqueira, agroecologia e sustentabilidade

## 1. INTRODUÇÃO

A pesca mundial vive uma crise geográfica, ecológica e econômica, com reflexos socioculturais danosos para as populações que dependem dessa atividade para subsistência e que comercializam excedentes em mercado de ciclo curto. De uma forma geral, as nascentes, rios, igarapés, igapós, estuários, praias e mares, estão sendo paulatinamente depredados pelo efeito sinérgico das ações antrópicas realizadas de forma insustentável, das quais destacamos: as monoculturas, a urbanização das áreas rurais, especulação imobiliária, pesca industrial, pesca amadora, turismo massivo e das hidroelétricas.

Na perspectiva da indústria pesqueira, ainda permanece o conceito de pesca inesgotável, as políticas públicas, em sua grande maioria, mostram-se desenvolvimentistas, geralmente, verifica-se o estado como intermediário dos interesses extremistas da gestão capitalista, seja do aumento da produção para a expansão da industrialização pesqueira ou da preservação ambiental sem o homem, a qual trás como pano de fundo um turismo “ecológico” que beneficia financeiramente uma minoria hegemônica e esmaga as culturas tradicionais. Para Silva (2009), a conjuntura se torna perversa para as populações tradicionais, porque nos dois casos, a propaganda desenvolvimentista e/ou preservacionistas tem marginalizado de forma maculosa difamatória os pescadores artesanais, taxando-os como responsável pelo processo de diminuição dos estoques pesqueiros e depredação ambiental.

O trabalho em pauta analisou a experiências de pesquisa participativa e extensão pesqueira de princípios agroecológicos do Programa Peixe-Vivo (Unir/MPA/Fepearo) e Projeto Pirarucu-Gente (Unir/CNPq/MDA/Fetagro) e o manejo compartilhado dos recursos pesqueiros na perspectiva da sustentabilidade, principal estratégia de resistência dos pescadores para enfrentar os projetos desenvolvimentistas, com destaque para o turismo predatório, avanço das hidroelétricas e das monoculturas de soja e pecuária que têm promovido à insustentabilidade amazônica. Por fim, o trabalho sintetiza as experiências das pesquisas e políticas públicas e gestão compartilhada dos recursos pesqueiros na perspectiva agroecológica e da economia solidária na Amazônia.

## 2. PROBLEMÁTICA DA PESCA DO GUAPORÉ AMAZÔNIA

Na última década, o estado de Rondônia, vive um processo de conflitos socioambientais, econômicos e políticos em função do atual processo desenvolvimentista. Destacam-se a construção das Usinas de Santo Antônio e Jirau, a migração de elevado contingente populacional, o avanço das monoculturas de pecuária e da soja, contínuos desmatamentos da floresta, destruição das nascentes dos rios; a promulgação da Lei 2508 de 06 de julho de 2011 que dispõe sobre a determinação de cota

limite para a pesca na bacia hidrográfica do Rio Guaporé, sem respaldo de pesquisa científica.

No Guaporé a história da pesca artesanal se confunde com o processo de colonização e do desenvolvimento da região, a ação modernizante do estado para acabar com a pobreza rural, na prática estiveram a serviço dos interesses hegemônicos do capital e contribuíram com o aumento das diferenças sociais, fome e miséria. Apesar dos esforços das experiências históricas das organizações sociais e de alguns governos, as práticas de pesquisa, de educação do campo e os projetos de extensão de atuação local foram pouco massificados e as políticas públicas descontínuas, o que não possibilitou atender a demanda multicultural do território e dos contextos populares.

O Programa Peixe-Vivo vem desde 2010, com apoio do Departamento de Engenharia de Pesca da Universidade Federal de Rondônia - Unir, Federação dos Pescadores de Rondônia – Fepearo e Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura de Rondônia – Fetagro, associado aos financiadores Proext/MEC (editais 2011 e 2012), e Ministério da Pesca e Aquicultura (Edital 58/12) com recursos financeiros descentralizados para a Unir até 2014, vem analisando que o modelo de desenvolvimento atuante na região tem provocado conflitos socioambientais e apresentado impactos ambientais e econômicos negativos, com a diminuição da produtividade e perda de biodiversidade.

Dentre as causas e efeitos desse processo destacamos: os barramentos, os quais têm dificultado o processo de migração das espécies de peixes e gerado o aumento médio do nível das águas dos rios, promovendo a superação das barreiras naturais, permitindo a passagem de espécies exóticas a Bacia do Rio Guaporé, como é o caso do Jaraquí que vem competindo com o tucunaré, uma das principais espécies comerciais; o avanço da monocultura de criação de gado em áreas frágeis, especificamente a compactação das nascentes pelo pisoteio e a destruição das matas ciliares que funcionam como berçários das águas; e o turismo massivo focado na pesca esportiva que vem atraindo pescadores clandestinos que vêm contribuindo com a sobrepesca.

O efeito sinérgico desses conflitos de interesses vem comprometendo a cadeia alimentar pesqueira, a economia regional, a capacidade de suporte dos recursos naturais, a soberania alimentar, fixação da população endógena e a multiculturalidade do Vale do Guaporé. Diante dessa conjuntura, entendemos que se faz necessário o desenvolvimento de pesquisa que considere, repense e estabeleça métodos e instrumentos de análises de inserção social na perspectiva sustentabilidade.

Nesse sentido, buscando apoiar o clamor local da sociedade por propostas de estratégias de gestão compartilhada dos recursos pesqueiros e da biodiversidade do Guaporé, intencionamos utilizamos ações em curso e previstas no Programa Peixe-Vivo: sustentabilidade da pesca artesanal Amazônica

A pesca no Vale Guaporé Brasileiro envolve os municípios de Pimenteiras, Costa Marques, São Francisco e Cabixi, nos quais agrupam pescadores das colônias Z-3, Z-4, Z-10 e Z-11 respectivamente. Desde janeiro de 2010 o Projeto Peixe-Vivo I (Unir/MEC-Proext) e Programa Peixe-Vivo (MPA/Fepearo) vem acompanhando a estatística pesqueira da região, levantando dados da produção por espécie, embarcações, equipamentos de pesca, técnicas utilizadas, manejo, áreas de reprodução e de captura, processo de agregação de valores e comercialização do pescado.

Durante esse período a produção do pescado, segundo Silva et al (2011) e Silva e Silva (2012), mostrou declínio da ordem de 22%, provocando o decréscimo significativo na renda dos pescadores e na economia local em mais de R\$ 373 mil (US\$ 1.92), as médias anuais das espécies de maior importância comercial foram obtidas pelo pintado (24.165 kg), tucunaré (12587 kg), pirarara (9950 kg) e curvina (1840 kg).

Esse fenômeno se atribui ao efeito sinérgico da diminuição da cota de pesca, a especulação imobiliária, avanço da pecuária e soja destruindo as nascentes e mata ciliar, turismo massivo sem

planejamento e aumento dos níveis das águas ocasionados pelas hidroelétricas, que vem provocando conflitos de interesses socioambientais.

A lei sancionada pela Lei 2508 de 06 de julho de 2011 pela Assembleia Estadual de Rondônia que dispõe sobre a proibição da pesca profissional na bacia hidrográfica do Rio Guaporé foi instituída sem respaldo de pesquisa científica e sem ampla discussão com a sociedade. Ao que nos parece, o conjunto desses fatores têm colocado os pescadores na clandestinidade, levando-os a ficar sujeito à especulação sobre os preços do pescado, contribuindo para que mais 3 mil pescadores da região fiquem em situação de risco e promovendo um conflito socioambiental de grande complexidade.

### 3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O trabalho priorizou a abordagem quanti-qualitativa da investigação ação participativa para associar vários métodos e instrumentos de pesquisa, com destaque para a análise de dados secundários, entrevista semiestruturadas com 70% dos pescadores cadastrados nas Colônias, observação e oficinas participativas, que compõe as ações do Projeto Peixe Vivo: pesca artesanal e aquicultura amazônica sustentável no estado de Rondônia (Proext-Mec/Unir/Fepearo/MPA) e subprojeto Quilombagem Pesqueira do Guaporé (Unir/Fepearo/MPA), trabalho em campo mostrado na figura 1. Para garantir a análise da conjuntura da pesca na região e se aproximar ao máximo da realidade socioambiental, estabelecemos objetivos, levantamos problemas/clamores, e pleiteamos hipóteses, com isso podemos fazer emergir para a análise crítica da investigação as questões comuns, divergentes e contraditórias.



Figura 1 – Aplicação de questionário com pescadores das colônias de Pimenteiras e Costa Marques.

A utilização das entrevistas semiestruturadas, seguiram como orienta que segundo Olabuenagua (1999), “con algunas preguntas cerradas y un espacio abierto para las opiniones y relatos de los campesinos(as) y/o técnicos(as), cuyo objetivo principal es comprender la realidad local y también la valoración del significados de las declaraciones”. De forma associada utilizamos a observação direta, uma das técnicas mais representativas do método etnográfico, com objetivo de recolher informações, do contexto histórico, sociocultural e natural do lugar onde ocorreram os acontecimentos que se queria analisar, as quais foram orientadas por registros fotográficos, roteiro e tabulação de dados.

Por fim, utilizamos a análise de desembarque mensal de pescado das colônias de pescadores de Costa Marques, Pimenteiras, São Francisco e Cabixi. Após a coleta de dados realizamos a tabulação, o cruzamento das informações e crítica dos resultados para subsidiar o diagnóstico da Pesca do Guaporé e propostas públicas de atuação por parte das entidades envolvidas no processo produtivo da pesca.

## 4. A PESCA

### 4.1. PESCA NO MUNDO E NO BRASIL

As capturas mundiais da pesca (marinhas e continentais) se mantiveram estáveis nos últimos anos, perfazendo em 2012 pouco mais de 91 milhões de toneladas, sendo que a produção da pesca continental alcançou 11,6 milhões de toneladas, (FAO, 2014).

A taxa de emprego do setor pesqueiro tem aumentado mais que o crescimento da população mundial empregada na agricultura tradicional, “envolveu 1,3 bilhões de pessoas, contribuindo com os 4,4% das pessoas economicamente ativas que vivem da agricultura em todo o mundo, o pescado proporciona trabalho para a mais de 2,9 bilhões de pessoas, cerca de 20% do aporte per capita de proteína animal, atingindo um consumo de 19,2 kg”, (FAO, 2014).

Quando analisamos a cadeia produtiva, agregando os setores de transformação, fornecimento, distribuição e comercialização, verificamos que as frentes de empregos no setor aumentam para o patamar de várias centenas de milhões de trabalhadores, dos quais mais de 60% são oriundos das pesca artesanal, Organização das Nações Unidas – ONU (2012).

A pesca artesanal apesar de ser uma atividade que tem contribuído historicamente com o desenvolvimento socioeconômico dos países que de alguma forma possuem capacidade de desenvolvê-la, produzir alimentos protéicos com baixo teor de gordura, contribui com a soberania alimentar e geração de renda para as populações envolvidas com todo processo produtivo, com destaque o contingente que vive em situação de pobreza, de uma forma geral é uma atividade marginalizada pelas políticas públicas globais e locais.

Ao contrário da tendência mundial de estabilização da pesca, no Brasil, segundo o Boletim da Pesca do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA (2012), a produção pesqueira (marítima e continental), vem aumentando chegando a mais de “803 mil toneladas, registrando-se um incremento de 2% em relação a 2011, a pesca extrativa continental alcançou 249.600 t”, (MPA, 2012).

Com relação à produção continental por espécie, os recursos que apresentaram os maiores volumes de desembarque em 2011 foram: o Curimatã (28.432 t), a Piramutaba (24.607 t), o Jaraqui (16.435 t), a Pescada (14.967 t), a Dourada (14.379 t) e o Pacu (11.042 t). Essas seis espécies juntas representaram 44,1% da produção pesqueira continental do país. O pescado oriundo da pesca extrativista é fruto do trabalho de mais de 850 mil pescadores profissionais artesanais das comunidades litorâneas e ribeirinhas, que sustentam suas famílias e geram renda para o país, trabalhando na atividade, contribuindo com a economia local e nacional.

Porém apesar do discurso das políticas públicas direcionadas a pesca artesanal se concentrarem no apoio ao aumento da produção pesqueira, que o Brasil tem grande potencial produtivo e ter o pescador como prioridade, na prática, a atividade vive um momento de redefinição de suas lutas, em função dos problemas socioambientais decorrente do modelo econômico capitaneado pelo próprio Estado e por que na prática as ações, recursos e as políticas estruturadoras não conseguem verdadeiramente chegar aos pescadores.

Faz importante destacar que associado à conjuntura de crise ambiental, econômica, política, cultural e social, afetou o lastro da atividade pesqueira, desordenando-a, influenciando nos estoques pesqueiros comerciais e na cadeia trófica como todo, preponderando nos processos de diminuição da produtividade. As populações tradicionais compreendendo a conjuntura decorrente do efeito sinérgico das múltiplas ações antrópicas em suas vidas e nas das gerações futuras, têm construído de forma participativa arranjos ou processos de desobediência civil, os chamados acordos de pesca, tais experiências têm servido de base para apoiar a construção de políticas públicas que promovam a gestão e manejo sustentável dos recursos pesqueiros.

#### 4.2. A pesca artesanal na Amazônia e em Rondônia

A Amazônia tem contribuído significativamente com a pesca, abrange uma bacia hidrográfica de 6,1 milhões km<sup>2</sup>, compreende cerca de 20% da disponibilidade de água doce mundial, com 30% da diversidade biológica, contabilizando 5000 espécies de peixes, dos quais apenas metade está catalogada, abrangendo 75% dos peixes do Brasil (PAS, 2012). A atividade pesqueira na região é plural e única, incorpora diversidade biológica, cultural e social, com aportes de saberes geracionais, oriundos da relação amorosa homem-natureza. Contribui com a segurança alimentar, avançando para soberania e suficiência, em algumas comunidades, nas quais é o esteio da subsistência, da fixação do homem ao meio, das relações socioambientais e da economia do povo da floresta.

Em função da grande disponibilidade, o peixe é tradicionalmente o principal alimento da região amazônica e isso faz com que a pesca se caracterize como uma das atividades de maior expressão socioeconômica (DIEGUES, 1996). O Sebrae/AM, 2013, apresenta um consumo per-capita/ano na Amazônia de 60 kg de peixe, bem acima da média de consumo mundial apontado pela FAO (2014) que são de 17 kg per-capita/ano.

A pesca de água doce na região envolve segundo o (MPA, 2012), mais de 330 mil registros de pesca, quase 39% do total nacional. A atividade emprega poucas variações de apetrechos de pesca, destacamos aqui: o arrasto, utilizando rede estilo cônica, pode ser simples, usando apenas uma malha ou com duplas malhas, a qual é puxada por uma embarcação; de cerco, geralmente utilizada por dois barcos para cercar cardumes de peixes, que podem ser capturadas à superfície, à meia-água ou próximo do fundo; espinhel, aparelho de pesca com um número variável de anzóis, atuando de forma passiva, com as iscas funcionando na atração dos peixes, podendo ser de superfície, com os anzóis próximos das boias, de meio água e com os anzóis no fundo; e por fim, a modalidade chamada de linha de mão, com utilização de poucos anzóis sendo arremessados manualmente de forma simples.

De acordo com Barthem e Goulding (2007), a atividade absorve uma frota pesqueira comercial, composta por dezenas de milhares de embarcações a qual produziu na Amazônia Legal mais de 325 mil toneladas, só em 2007, das quais mais da metade são oriundas da pesca artesanal, responsável por números superiores aos 40% de toda a produção pesqueira de água doce no Brasil (entre 1997 e 2007). Segundo o PAS (2013), a região abarca 920 mil trabalhadores em plena atividade, gerando um PIB Pesqueiro de 1,5 bilhões de reais.

Para Fischer e colaboradores (1992) no que tange as frentes de trabalho, afirma que a Amazônia “gera mais de 200 mil empregos”, acrescenta ainda que “compõe a principal fonte de proteína animal da população, e a atividade tem se mantido sem subsídio dos governos”. Já os autores Shimplon e Giugliano apud Ruffino (2004) são mais contundentes, dizem categoricamente que a pesca artesanal amazônica “contribui com a economia regional com a geração de renda”. Mas destacam que “sobrevive com ausência de algumas políticas públicas fundamentais para a sustentabilidade do setor”.

De uma forma geral, a Região Norte, lidera o cenário da pesca extrativa continental, segundo MPA (2013), ela é responsável por 55,7% da produção pesqueira de água doce brasileira, a qual foi fortemente impulsionada pelos estados do Amazonas (70.896 t) e do Pará (50.949 t), que somados respondem por, praticamente, a metade da produção pesqueira continental do Brasil (49% do total capturado). Nessa discriminação de produção de pescado extrativo nacional de 2013, por região e unidade da federação, dos quase 249 mil toneladas produzidas no Brasil, a Região Norte superou os 140 mil toneladas, sendo que os estados perfizeram números da ordem de: Acre 1.904,2 t; Amapá 9.854,6 t; Amazonas 70.896,0 t; Pará 50.949,0 t; Rondônia 3.592,0 t; Roraima 396,9 t; e Tocantins 1.836,9 t (MPA, 2013).

Parece evidente que as escassas políticas públicas focadas para a pesca artesanal têm sido

tímidas, quanto ao atendimento aos pescadores amazônicos observamos o efeito sinérgico de múltiplos fatores: a geografia, a concentração dos investimentos para o sul e sudeste; as estratégias de comunicação e distribuição têm sido pouco efetivas; o desconhecimento das culturas locais; o não reconhecimento da importância socioeconômica da atividade; o não entendimento como prioritário dos investimentos em educação e profissionalização para o setor, dentre outros.

Por outro lado, a introdução da versão para pesca da revolução verde na Amazônia, buscando modernizar o setor, sem preconizar um processo educativo de extensão pesqueira e gestão compartilhada dos recursos naturais, priorizando o aquecimento da indústria e do setor financeiro, contribui para o aumento do esforço de pesca e com a insustentabilidade pesqueira de algumas bacias amazônicas.

Respalhando os argumentos anteriores, ChampmamapudRuffino (2004), afirma que o aumento da produção/demanda de pescado e as mudanças tecnológicas introduzidas na pesca nas últimas três décadas, contribuíram para intensificar e padronizar os níveis de exploração, exercendo uma reconhecida influência na diminuição da abundância dos principais estoques pesqueiros da Amazônia.

O declínio da produção de algumas espécies exploradas comercialmente na Amazônia vem sendo observado por alguns autores desde a década de 80 (PETRERE Jr., 1983; BAYLEY, PETRERE Jr. 1989; WELCOME, 1990; BITTENCOURT, 1991). A partir da década de 90, os dados de desembarque e composição de tamanho dos peixes passaram a apresentar indícios de sobrepesca para espécies como a piramutaba (BARTHEM, PETRERE Jr., 1995), o tambaqui (ISAAC, RUFFINO, 1996), o surubim (RUFFINO, ISAAC, 1999) e a piraíba (PETRERE Jr. et al., 2004), indicando que os recursos pesqueiros amazônicos se encontram intensamente explorados para atender uma demanda crescente de pescado para os principais centros urbanos, além da população ribeirinha. Em 2007, os estudos de Cardoso e Freitas (2007) na região do rio Madeira, verificou que a frota pesqueira é composta por diferentes estados, explora a calha principal e a foz dos seus tributários, sendo as embarcações oriundas do Pará, Amazonas e de Rondônia.

Compondo a região, Rondônia acompanha a realidade da Amazônia Brasileira, segundo o IBGE (2010), o estado superou os 1,5 milhões de habitantes, vive em uma conjuntura eufórica de projetos estruturantes em instalação e com promessas de execução de obras para a promoção da modernização e do desenvolvimento, com destaque para a construção das hidroelétricas, a tão sonhada hidrovía do rio Madeira, a inclusão na Ferrovia Ferronorte, a eterna recuperação completa da BR-364, a propaganda da rodovia Transoceânica que fará a ligação com países andinos e o Pacífico, a realização do pagamento da inacabável dívida com a Bolívia da edificação da ponte Binacional em Guajará Mirim e a futurista abertura da BR-319 que ligaria Rondônia a Manaus e ao Oceano Atlântico. De concreto, estão previstos a conclusão da Usina Santo Antônio, que vai aportar 67 milhões em royalties e o funcionamento da Usina Jirau.

Os projetos têm gerado conflitos com a população local, já apresentam impactos negativos à atividade pesqueira, com destaque para o deslocamento da população tradicional e a diminuição da produtividade. Pois os barramentos têm dificultado o processo de migração das espécies, comprometendo a cadeia alimentar, a qualidade de vida dos pescadores, ribeirinhos, beiradeiros, camponês, quilombolas e etnias que compõem o povo da floresta.

O estado de Rondônia está passando por grandes transformações, ao que nos parece, de uma forma geral, os horizontes estão se ampliando e os setores da economia, política, social, educacional e ambiental vêm demonstrando integração e desenvolvimento. A recente administração do estado tem iniciado pela primeira vez, políticas públicas estaduais de apoio à economia local, com destaque para a

produção familiar agrícola, pesqueira, extrativista e entre outras formas de subsistência.

A produção pesqueira e aquícola em Rondônia, segundo MPA (2013), superou as 14 mil toneladas, a pesca extrativista, envolve 15 colônias e três associações de pescadores, produzindo mais de 4000 toneladas. O estado possui área de 238.400 km<sup>2</sup> que compõe sete Bacias Hidrográficas somando os rios: Guaporé, Abunã, Madeira, Jamari, Machado, Roosevelt, com disponibilidade hídrica de 16.000 m<sup>3</sup>/s.

A pesca no estado incide em variadas espécies de peixes, que compõem a complexa ictiofauna da região amazônica, caracteriza-se como artesanal, capturando com destaque as espécies: curimatã *Prochilodus lineatus* (AGASSIZ, 1829), jaraqui *Semaprochilodus theraponura* (FOULER, 1906), *Piaractus mesopotamicus* (HOLMBERG, 1887) conhecido como Pacu, a dourada *Brachyplatystoma rousseauxii* (CASTELNAU, 1887), jatuarana *Brycon sp* enfatizando este último como endêmica da região enriquecendo a ictiofauna local.

As principais espécies da região são basicamente exploradas pela pesca artesanal, organizadas nas 15 colônias de pescadores sendo elas: Z-1 de Porto Velho, Z-2 de Guajará Mirim, Z-3 de Pimenteiras D'Oeste, Z-4 de Costa Marques, Z-5 de Machadinho D'Oeste, Z-6 de Candeias do Jamari, Z-7 de Itapuã do Oeste, Z-8 de Ariquemes, Z-9 de Ji-Paraná, Z-10 de São Francisco do Guaporé, Z-11 de Cabixi, Z-12 de Presidente Médici e Z-13 de Nova Mamoré, segundo a Federação Estadual dos Pescadores – Fepearo (2013). Rondônia congrega mais de 7000 pescadores registrados no MPA, conta ainda com a Cooperativa de Produção de Pescado de Rondônia – Cooppesca que juntamente com a Fepearo, estão envolvidas na construção de espaços de discussão coletivos buscando se inserir nas políticas públicas territoriais da pesca.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 5.1. A pesca no Guaporé

O Vale Guaporé Brasileiro envolve os municípios de Pimenteiras, Costa Marques, São Francisco e Cabixi, nos quais os pescadores agrupados as colônias Z-3, Z-4, Z-10 e Z-11 respectivamente. Desde janeiro de 2010 o Projeto Peixe-Vivo (Unir/MEC-Proext/Fepearo/MPA) e o subprojeto Quilombagem pesqueira do Guaporé (Unir/Fepearo/Fetagro/MPA) vêm acompanhando a estatística pesqueira da região, levantando dados da produção por espécie, embarcações, equipamentos de pesca, técnicas utilizadas, manejo, áreas de reprodução e de pesca, processo de agregação de valores e comercialização do pescado.

A tabela 1 mostra produção do pescado das colônias e dos municípios que compõem o Guaporé de 2012 a 2013, evidenciando o declínio de 18% na produção pesqueira média neste período, sendo os municípios de São Francisco e Cabixi, que respectivamente apresentam as maiores índices, perfazendo 29% e 16% de queda. A tabela evidencia ainda, uma diferença significativa da produção associativa, dos pescadores que entregam o pescado para comercialização nas colônias e os que vendem diretamente aos atravessadores e alguns casos direto ao consumidor, o maior grau de associativismo é encontrado em Pimenteiras, onde um pouco mais de 60% utilizam a representação de classe, a Z-3 como unidade receptora e de comercialização dos seus produtos.

Tabela 1 – Produção e economia pesqueira do Guaporé em 2012/2013.

Colônias	Total da Produção em 2012 por Colônia (em kg)	Total da Produção em 2013 por Colônia (em kg)	Projeção do total da Produção em 2012 por Município (em kg)	Projeção do total da Produção em 2013 por Município (em kg)	Percentual de diminuição da produção Total em (Kg) de 2012 para 2013
Pimenteiras (Z-3)	55.253	48.623	94.032,64	82.748,72	12%
Costa Marques (Z-4)	38.517	32.739	97.649,28	83.001,89	15%
São Francisco (Z-10)	87.062	61.814	94.032,64	66.763,17	29%
Cabixi (Z-11)	48.438	40.688	61.053,28	51.284,76	16%
<b>Total</b>	<b>229.270,00</b>	<b>183.864,03</b>	<b>346.767,84</b>	<b>283.798,54</b>	<b>18%</b>

Fonte: Projeto Peixe-Vivo, subprojeto Quilombagem pesqueira do Guaporé.

A produção por espécie apresenta o pintado (24.165 kg), tucunaré (12587 kg), pirarara (9950 kg) e curvina (1840 kg) como as espécies mais significativa de Pimenteiras, as quais são as de mesma importância média das outras localidades ao longo do Guaporé, gráfico 1.

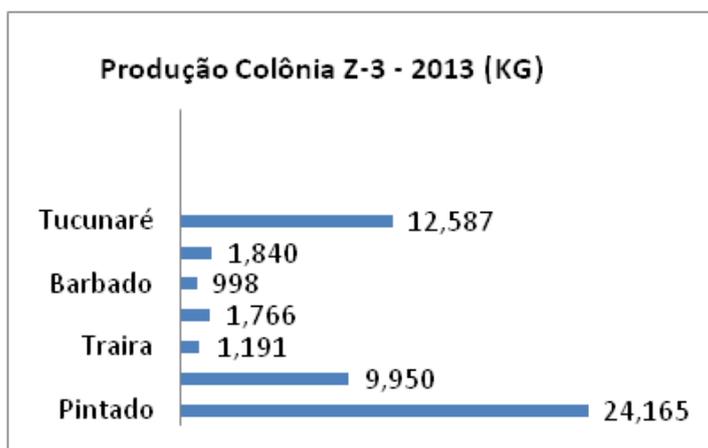


Gráfico 1 – Produção Colônia Z-3, Pimenteiras.

A figura 2 mostra as espécies capturadas em São Francisco e o controle de desembarque de pescado em Costa Marques, respectivamente.



Figura 2 – Espécies capturadas e captura em São Francisco e controle de desembarque de pescado de Costa Marques, respectivamente.

Outro aspecto que se destacou nos dados coletados de janeiro de 2012 a dezembro de 2013, foi o decréscimo significativo na renda dos pescadores, o impacto negativo na economia da região foi da ordem de mais de R\$ 373 mil (US\$, 1,92), os municípios mais atingidos com o decréscimo são Pimenteiras e São Francisco, como mostra a tabela 2.

Tabela 2 – Produção e economia pesqueira do Guaporé em 2012/2013.

Colônias	Receita anual colônias 2012 (R\$)	Receita anual colônias 2013 (R\$)	Percentual de perdas financeira total em (R\$) de 2012 para 2013
Pimenteiras (Z-3)	428.000,00	338.612,00	0,21
Costa Marques (Z-4)	276.000,00	235.415,18	0,15
São Francisco (Z-10)	509.000,00	323.428,34	0,36
Cabixi (Z-11)	362.000,00	304.511,19	0,16
<b>Total</b>	<b>1.575.000,00</b>	<b>1.201.966,71</b>	<b>0,24</b>

Fonte: Projeto Peixe-Vivo, subprojeto Quilombagem pesqueira do Guaporé.

Atribuímos a esse fenômeno a veda da pesca sem respaldo de pesquisa científica e sem discussão com a sociedade, sancionada pela Lei 2508 de 06 de julho de 2011 que dispõe sobre a proibição da pesca profissional na bacia hidrográfica do Rio Guaporé e estabelece diretrizes da Política Estadual de Ordenamento do Setor Pesqueiro. Porém outro aspecto se deve levar em conta, a clandestinidade que foi imposta aos pescadores de forma imperativa e ditatorial da imposição da chamada Lei da Fome, levando-os a ficar mais ainda sujeito a especulação sobre os preços do pescado, aumentando a injustiça comercial, favorecendo o aumento dos ganhos dos intermediários, levando mais de 4 mil pescadores da região a uma condição marginal.

Mesmo com essas ingerências políticas e ausência de democracia na construção de legislação, os números oriundos da análise de desembarque da pesca artesanal do Guaporé mostram sua significativa importância socioeconômica, com destaque para a geração de trabalho para mais de 4 mil pescadores e de produção de divisas financeiras para o estado de Rondônia.

A produção pesqueira artesanal das colônias somou mais de 346 mil Kg em 2012 e em 2013 perfez 283 mil Kg, obtendo cifras superiores aos 1,5 milhões de reais e 1,2 milhões de reais respectivamente, quando ampliamos para a área de influência do município de Guajará Mirim os números produtivos sobem para pouco mais de 2 milhões de reais produzidos em 2012 oriundos dos pescadores vinculados as organizações de base. Verificamos que a receita se amplia para 3,2 milhões de reais quando somadas aos produtores que não são sócios das colônias, mas possuem carteiras de pescador para exercer a atividade via Ministério da Pesca e Aquicultura.

Buscando entender os pescadores do Guaporé Amazônico, categorizá-los sem a pretensão de ser definitivo, mas como ponto de partida de uma primeira interpretação para que possamos avançar e se aproximar cada vez mais da realidade de estudo. Definimo-os como: de subsistência ou extrativista; camponês quilombola; e artesanal. A tabela 3 evidencia a análise.

Tabela 3 – Categorização do Pescador Amazônico do Guaporé.

Pescador de subsistência ou extrativista	Pescador camponês quilombola	Pescador artesanal
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ribeirinho, extrativista, pratica a pesca para consumo doméstico, escambo e soberania alimentar.</li> <li>Conhecedor da biologia das espécies e dinâmica dos ecossistemas pesqueiros.</li> <li>Associa a pesca as outras atividades extrativistas como coleta de frutos, sementes e outros alimentos da floresta.</li> <li>Utiliza pequenas embarcações que servem para o transporte familiar e atividades produtivas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ribeirinho, extrativista e geralmente ligado à agricultura familiar.</li> <li>Realiza a pesca como diversificação de sua unidade produtiva, acompanha a sazonalidade da produção das águas.</li> <li>Utiliza o pescado para o consumo doméstico.</li> <li>A família realiza a transformação dos frutos do rio em subprodutos (seco-salgado, farinha, defumados).</li> <li>Comercializa os excedentes em mercado de ciclo curto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pescadores profissionais, de forma autônoma ou no regime coletivo com outros companheiros.</li> <li>Possuidores dos instrumentos de produção (embarcações, artefatos) com autonomia de no máximo 20 dias de pesca.</li> <li>Utiliza o pescado para o consumo familiar e comercializa os excedentes via colônias de pescadores, em casa, atravessadores e nas feiras.</li> </ul>

Fonte: (Silva, 2011), artigo apresentado no XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino Americana de Sociologia, Recife/PE.

Quando analisamos a cadeia produtiva da pesca artesanal, verificamos que ela é a principal atividade econômica geradora de trabalho do Guaporé, pois gerou no ano de 2012 uma movimentação de insumos de 24% em cima do valor total produzido, gerando mais de 6 milhões de reais, adicionou mais 28% (7 milhões de reais) em toda cadeia de comercialização e 36% em beneficiamento (mais de 10 milhões de reais), mostrando que a atividade movimentou quase 28 milhões de reais para o estado. A figura 3 mostra a cadeia produtiva do pescado do Guaporé em 2012.

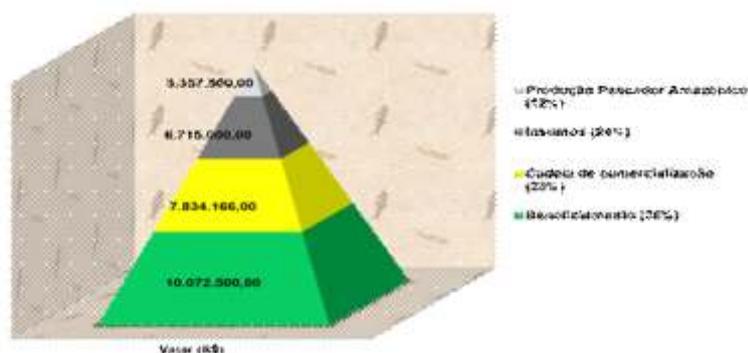


Figura 3 – Cadeia produtiva do Pescado do Guaporé em 2012.

### 5.3. A resistência dos pescadores

O Projeto Peixe Vivo tem desenvolvido várias oficinas participativas junto aos pescadores associados às colônias situadas no Vale do Guaporé (figura 4), com finalidade de entender os problemas ouvir os clamores desta população, na tentativa de construir conjuntamente alternativas para a sustentabilidade dos agroecossistemas pesqueiros.



Figura 4 – Plenária das oficinas realizadas em Costa Marques e Pimenteiras.

Verificamos que o setor pesqueiro do Vale do Guaporé vem sofrendo variadas pressões de órgãos governamentais de fiscalização, de ONGs com apelo ambientalista da mídia global por ser região amazônica, de forças empresariais ligadas ao turismo massivo e da especulação imobiliária e por meio da Assembleia Legislativa aprovaram a Lei 2.363/10, limitando a quantidade de pescado por pescador para 70 kg por semana.

As análises dos dados levantados pelos instrumentos de pesquisa identificamos que 28,57% dos entrevistados ganham um salário mínimo mensal e cerca de 30% ganham menos de um salário, o que obriga muito desses pescadores a ter uma segunda fonte de renda, ou seja, fazerem outros serviços quando não estão exercendo a atividade pesqueira, 42,8% assumem esta situação, mesmo com o apoio do governo em garantir o auxílio defeso, pago de 15 de novembro a 15 de março.

Quanto ao tempo de envolvimento na atividade pesqueira, observamos que 14,4% dos entrevistados, desenvolvem a pesca na região desde a década de 1980, 42,8% desde 1990; e 42,8% desde 2000. De modo geral há um esvaziamento de jovens no setor em certos municípios do Vale do Guaporé, em função das poucas alternativas de renda que a atividade gera de forma individual. De acordo com o Sr. João Branco (pescador de Pimenteiras) “nossos jovens estão indo embora por falta de ocupação, pois a lei da fome impede de trabalhar na pesca na região, não oferece outras fontes de renda a não ser o serviço público, que poucos consegue”.

Por outro lado, a cultura, a capacidade de adaptação e de manejar com sustentabilidade os recursos pesqueiros do Guaporé têm sido mecanismos importante para garantir a tradição e a resistência dos pescadores, espessas nos saberes geracionais das pescarias,

#### 5.4. Sustentabilidade e gestão pesqueira

Para Veiga (2005), existe um “duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e diacrônica com as futuras” (p.171). Essa complexidade em associar a dupla escala de tempo e espaço, evidencia a necessidade de conjugar ferramentas da interdisciplinaridade para associar as múltiplas dimensões que demandam a sustentabilidade.

Para Toledo e Molina (2006 p. 71),

“las relaciones que los seres humanos establecen con la naturaleza son siempre dobles: individuales ó biológicas y colectivas ó sociales. A nivel individual los seres humanos extraen de la naturaleza cantidades suficientes de oxígeno, agua y biomasa por unidad de tiempo para sobrevivir como organismos, y excretan calor, agua, bióxido de carbono y sustancias mineralizadas y orgánicas”.

Para Maser e Ridaura (2000 p. 02) “es necesario partir de un conjunto de principios básicos sobre el comportamiento de los sistemas, incorporando aspectos ambientales, sociales y económicos”.

Os autores somam a discussão afirmando que:

“Es imperativo adoptar una perspectiva interdisciplinaria y impulsar una mayor participación por parte

de los diferentes sectores involucrados en el manejo de los recursos naturales". Acrescentamainda, "que es preciso diseñar marcos conceptuales y herramientas prácticas que permitan transformar los lineamientos teóricos generales en acciones concretas".

Seguindo essa orientação, agregamos as dimensões citadas: a cultural, na perspectiva da inserção do que historicamente os grupos e/ou comunidades tenham construído de significados e valores para expressar identidade e pertencimento; a política, centrada nas políticas públicas, que privilegiem o envolvimento da sociedade civil organizada, mobilizada com objetivo de exercitar a democracia, através da participação enquanto poder que legitima a autonomia popular; humana, na prevalência do apoio mútuo, solidariedade, consciência de espécie e de preservação das gerações futuras como fundamental para a sobrevivência humana; espiritual, das análises históricas geracionais que o homem faz da natureza, determina suas crenças, mitos, analisam as sucessões de fenômenos naturais que regem o funcionamento do universo para prever novos acontecimentos e co-evoluir; e a ética, que permeia as demais dimensões como princípio e fundamento básico para o estabelecimento de valores de uma sociedade justa, igualitária e solidária.

Nesse sentido, o manejo e a administração dos recursos pesqueiros são elementos fundamentais para avaliar a sustentabilidade das comunidades. "La gestión del uso de los recursos pesqueros es entendida como el proceso integrado de agrupamiento de informaciones, análisis, consulta, planteamiento, tomada de decisiones, locaciones de los recursos, implementación e monitoramento de las reglamentaciones o normas que gobiernan las actividades pesqueras, de modo a asegurar la sostenibilidad del uso de los recursos y el alcance de otros objetivos de las pesquerías" (FAO, 1997).

Existem vários métodos para apoiar a gestão pesqueira, do ponto de vista biológico, os mais convencionais são o 'direto' e 'indiretos', mas para Saville (1978:68) é aconselhável para utilizá-los em combinação com a pesca exploratória. O método indireto se divide em: analítico baseados em descrições pormenorizadas do estoque, utilizam dados quali-quantitativos históricos, informações estruturais por idades, taxas de mortalidade, taxas de crescimento individual e 'coorte'; holísticos, em situações em que a disponibilidade de dados é limitada, mas tem a vantagem de ter uma visão mais ampla das interpelações dos agroecossistemas.

De uma forma geral, os modelos podem ser aplicados quando se dispõe de razoáveis estimativas da captura total por espécie e/ou da captura por unidade de esforço (CPUE), por espécie e o esforço de pesca correspondente para um certo número de anos, cuja informações apoiam a constituição da administração pública e legislação pesqueira.

As análises de gestão pesqueira têm desconsiderado e marginalizado os processos sociais, "a prova cabal é que nos três livros mais citados na ciência pesqueira sobre o tema (Walters 1986, Hilborn & Walters 1992, Wootton 1998), enfocam-se quase que exclusivamente a biologia e ecologia dos peixes como estratégias de manejo da pesca", CASTELLO (2008:18).

De uma forma geral, as pesquisas em gestão pesqueira se concentraram em técnicas simplistas, quase sempre baseadas no esforço de pesca, utilizam conceitos que não abrange como unidade de análise o ecossistema e que não inclui a dimensão humana como sujeito do processo.

Do ponto de vista político, o MMP e MMA estabeleceram uma legislação para a gestão compartilhada dos recursos pesqueiros, o sistema de compartilhamento de responsabilidades e atribuições entre representantes do Estado e da sociedade civil organizada para subsidiar a elaboração e implementação das normas, critérios, padrões e medidas de ordenamento do uso sustentável dos recursos pesqueiros.

Segundo o MPA (2013), o processo de implementação a gestão compartilhada é estabelecida a

partir da “constituição de comitês, câmaras técnicas e grupos de trabalho de caráter consultivo e de assessoramento, constituídos por órgãos do governo de gestão de recursos pesqueiros e pela sociedade formalmente organizada coordenado por uma Comissão Técnica Interministerial de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros – CTGP, formada pelo MPA, Ministério do Meio Ambiente - MMA, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e ICMBio”.

#### 5.4 Acordos de pesca

Os modelos de gestão pesqueira tecnocráticos, o aumento da degradação ambiental, a ausência de políticas públicas, a diminuição da produção pesqueira e o crescimento dos conflitos sociais, levaram as comunidades tradicionais, principalmente as ribeirinhas a desenvolverem uma espécie de desobediência civil, criando instrumentos de gestão de pescarias. Segundo Issac (2004:9) “desde os anos 60, porém foram reconhecidos e regulamentados pelo Ibama somente no fim da década de 90 e desde então vêm sendo implementados em forma de portarias, para diferentes sistemas de lagos da região”. Atualmente contam com apoio de organizações governamentais, universidades e até de governos, vem sendo criadas estruturas de gestão mais formais, com o objetivo de formalizar regras para a pesca em diversos lagos e coleções d’águas para reduzir os conflitos na região.

Os acordos de pesca são normas criadas pelas comunidades para o manejo e controle das pescarias numa determinada região, os comunitários se reúnem em assembleias e em audiência pública definem as regras que vão fazer parte do acordo e regulamento da pesca, o que tem se constituído na prática uma tipologia de reforma agrária, onde não se tem a posse da terra, mas o uso coletivo dos recursos naturais.

De uma forma geral, no Guaporé o Programa Peixe-Vivo vem apoiando a efetivação do processo gestão compartilhada sustentável com princípios agroecológicos, junto com as colônias dos pescadores, Federação dos Pescadores e Aquicultores de Rondônia - Fepearo e Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar - Fetagro e setores da sociedade com participação do estado acordos de pesca que definem legislação algumas etapas, tais como: o diagnóstico e zoneamento de áreas de pesca – Identificação das áreas de pesca, transporte de passageiro e cargas, áreas de lazer, locais de reprodução de espécies e berçários naturais de larvas, ovos e alevinos; plano de manejo - a partir dos costumes e conhecimentos biológicos, oriundos da relação histórica pescador-natureza, associado aos múltiplos usos das águas, estratégia de sobrevivência, soberania alimentar e de sustentabilidade dos estoques pesqueiros, um grupo de trabalho técnico-comunitário determina as épocas de defesos, principais espécies pescadas, equipamentos a serem utilizados com suas especificidades, áreas de preservação total, parcial e temporária, quantidades a ser capturada por ano para garantir o ciclo reprodutivo e o recrutamento de novos indivíduos para possibilitar a continuidade dos recursos pesqueiros para as gerações futuras, encaminhamento do regulamento ao Ibama e efetivação da portaria com as regras pelo MMA; gestão e monitoramento – formados grupos de gestão, comitês de monitoramento e equipes de fiscalização que atuaram utilizando instrumentos participativos para executar e monitorar as regras, executando prestação de contas a plenária da comunidade quanto ao desempenho dos múltiplos usos dos instrumentos de manejo compartilhado.

#### 5.5. Relações da pesca, campesinato e agroecologia

Diante das transformações das últimas décadas, a condição camponesa agregou vários aspectos de natureza contraditória, dada a luta por autonomia e desenvolvimento no contexto de

exploração e marginalização imposta pela modernidade que estabeleceu uma dinâmica de exclusão, trazendo o camponês para a cidade, retirando a relação positiva com a qualidade de vida do campo e da cidade, qualidade dos alimentos e uso sustentável e eficiente dos recursos naturais.

Nesse sentido, o campesinato retomou seu papel fundamental para combater a exclusão da modernidade e da insustentabilidade nas discussões teóricas, sobretudo, nas ressignificações do termo campesinato, (Ploeg, 2008; Guzmán, 2007; Goodman, 2004).

O campesinato em suas diferentes formas deve assumir lugar nas discussões científicas, as diferentes perspectivas e soluções que ele oferece ao presente e ao futuro, as relações e contradições que o caracterizam, devem estar no cerne das discussões no mundo pós-moderno, uma vez que enfrentamos uma crise quanto à qualidade e soberania alimentar (PLOEG, 2008).

Para tratar de campesinato, estamos considerando que estrutura camponesa, do ponto de vista econômico, se define como “acesso estável à terra (...); trabalho predominantemente familiar (...); economia fundamentalmente de auto-subsistência (...); e certo grau de autonomia da gestão das atividades agrícolas (...)” (CARDOSO, 2004, p. 55)

Assim, quando tratamos do Guaporé na Amazônia, entra na discussão a estrutura da pesca, condição camponesa e o processo de quilombagem, pois entendemos como Castro (1980) (p. 116 de Cardoso); Cardoso (2004); Gomes (2006) e Ploeg, (2008) que na formação do campesinato latino americano o escravo contribuiu significativamente, em princípio com suas atividades agrícolas como escravo e mais tarde como aquilombado. É importante dizer que as atividades agrícolas e pesqueiras davam ao negro, ainda na condição de escravo, certa autonomia econômica o que possibilitava sobrevivência nos ajuntamentos em quilombos. (CARDOSO, 2004).

Essas atividades são denominadas de protocampesinato que “se refere às atividades agrícolas realizadas por escravos nas parcelas e no tempo para trabalhá-las, concedidos no interior das fazendas, e à eventual comercialização dos excedentes obtidos.” (CARDOSO, 2004 p. 55).

O protocampesinato incitou rebeldia pelo desejo dos escravos em se tornarem camponeses livres (PRANTON, 1979), no Brasil, no estado do Pará, servia para que o escravo comprasse a liberdade de sua família. Os escravos perceberam a “brecha camponesa” como saída para reestruturação de uma vida livre e autônoma economicamente.

Nas fugas e formação de quilombos os escravos já conheciam muitos produtos do lugar, formas de cultivo, bem como os valores de cada produto, como e a quem deveriam comercializar. O afastamento geográfico dos quilombos da América latina com a sociedade escravocrata não significava seu isolamento quanto à comercialização de seus produtos agrícolas e pesqueiros. (Linhares e Silva 1981. História da agricultura brasileira).

No Brasil essa prática aconteceu no Amazonas, a princípio com escravo indígena e em meados do século XVIII com os escravos africanos, plantavam para o seu sustento, vendiam o excedente e com esse dinheiro compravam sua liberdade e a liberdade de sua família. A prática do protocampesinato foi inserida em vários estados brasileiros como Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, entre outros, para que os custos de manter um escravo se tornassem menos dispendioso, o escravo era responsável pelo seu próprio sustento. (CARDOSO, 2004)

Assim como foi nesse passado, também ocorre hoje, o resgate e fortalecimento do campesinato nas comunidades remanescentes quilombolas trazem novas perspectivas no sentido de promover um debate sobre o significado do campesinato na sobrevivência dos grupos rurais de conhecimentos geracionais dos usos sustentáveis dos recursos naturais.

Nas comunidades quilombolas estudadas verificamos que 80% dos entrevistados atuam na agricultura e pesca, dos quais 53% produzem seus próprios alimentos, destacam-se: milho, mandioca,

feijão arroz, cebola e produtos de horta. De origem animal, atuam na criação de galinhas, porcos, peixes (piscicultura), patos, boi leiteiro e abelhas nativas. Os subprodutos da atividade camponesa quilombola são mel, ovos, leite, queijo, picui (farinha de peixe), defumados e pescado seco salgado.

Identificamos ainda variados sistemas agroflorestais: extrativistas da biodiversidade da floresta, onde manejam a natureza para colher sementes, castanhas, cipós, frutos e flores, que servem de alimentos, artesanato, utensílios e suporte as tecnologias de bioconstruções que utilizam para edificar suas casas e os equipamentos de transformação de produtos, como o caso dos defumadores e secadores de frutas; de inserção agrícola junto a floresta, basicamente com fruticultura; e os quintais agroecológicos nos quais misturam a agricultura natural, com hortas medicinais e criação de pequenos animais.

A pesca quilombola é uma mistura do extrativista, camponesa e artesanal, verificamos que 26% dos entrevistados pescam como complemento alimentar, que 34% pescam para diversificar sua produção e utiliza a associação da atividade com agricultura, se aproximando da realidade camponesa e que 40% exerce a pesca artesanal como principal atividade produtiva, realizando atividades agrícolas e de serviços apenas no período do defeso da pesca.

Dos pescadores quilombolas entrevistados, verificamos que 91% identificam mudanças ambientais nos agroecossistemas dos vivem, destacamos: mudanças climáticas; destruição da floresta, nascentes e matas ciliares; aumento das queimadas; poluição industrial e doméstica dos rios; avanço da monocultura da pecuária; uso de agrotóxicos nas pastagens; avanço da destruição da floresta pelos madeireiros; presença do turismo de pesca clandestina; e construção de barragens e hidroelétrica ao longo da calha dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira.

Percebem ainda que essas mudanças trazem perdas, principalmente quanto a: maior intensidade dos efeitos da seca e enchentes; aumento da média histórica da temperatura na região; contaminação das águas com agrotóxicos; perda das áreas de plantação familiar; diminuição dos peixes e migração dos jovens para outros locais em busca de oportunidades.

Quanto à organização 75 % estão associados às colônias dos pescadores, a Federação dos Pescadores e Aquicultores de Rondônia – Fepearo e que 22% estão vinculados às associações quilombolas das comunidades que pertencem. Verificamos que 40% dos entrevistados já participaram da direção destas instituições de base, assumindo funções de presidente, secretário, tesoureiro e conselheiros fiscais.

Os entrevistados consideram que sua participação nas organizações como muito importante para o fortalecimento, organização, cooperação, manutenção da associação e das comunidades. Destacam ainda, a contribuição com a visibilidade quilombolas, orientação dos associados sobre o manejo simples da natureza e principalmente para melhorar a condição dos pescadores e do negro. Por fim, acreditam que as instituições que fazem parte e que dão sua contribuição trás benefícios às famílias, aos pescadores e aos quilombolas.

De uma forma geral, a luta travada pelos camponeses quilombolas do Guaporé pode ser chamada na contemporaneidade de neocabanagem, buscam políticas públicas de governança participativa na pesca e na agricultura de base familiar e ecológica. Os remanescentes que teimam em ser libertos querem estabelecer unidades de conservação do povo quilombola da floresta, direito as terras que vivem historicamente.

Percebemos que o povo quilombola do Guaporé compreendem que os conflitos socioambientais e culturais que estão vivendo só podem ser superados com políticas públicas territoriais que garantam a estética existencial, soberania alimentar, gestão compartilhada dos recursos pesqueiros e manejo sustentável da floresta.

Apontam a necessidade de pesquisas participativas que possam abranger estudos e apoiar a construção de políticas públicas: gestão compartilhada dos recursos pesqueiros, naturais e da biodiversidade; em direito a posse das terras; sobre a ictiofauna(peixes comerciais, de potencial comercial, possibilidade para o beneficiamento e de importância ecológica); o zoneamento dos múltiplos usos do Rio Guaporé (pesca, reprodução, criadouros, navegação, turismo...); acordos de pesca (áreas, quem pesca, onde, quando...); cooperação binacional Brasil-Bolívia para gestão compartilhada dos recursos naturais, pesqueiros e da biodiversidade do Rio Guaporé; gestão compartilhada pesqueira e agroecológica; edificação da legislação ambiental dos múltiplos usos do Rio Guaporé; formação de grupo gestor participativo do Guaporé; incentivo a ampliação das experiências agroecológicas; capacitação, formação profissional e assessoria técnica para os pescadores, ribeirinhos, quilombolas; e apoio a comercialização solidária e em rede dos produtos da floresta;

A resistência pela manutenção do modo de vida dos pescadores quilombolas, do conhecimento patrimonial, dos saberes das ancestralidades, do pertencimento cultural, o manejo e gestão compartilhada dos recursos pesqueiros são as armas desses irredentos, dos que não se entregam, para continuar a luta, na qual se associa a garantia do direito as políticas públicas para a pesca artesanal e a agricultura de base familiar, de identidade quilombola, pesqueira e camponesa em suas múltiplas significações no Guaporé.

De uma forma geral a pesca demonstra incorporar alguns princípios agroecológicos, com destaque para a valorização do conhecimento endógeno; o estabelecimento de igualdades sociais de gênero, etnia y geração; efetiva participação dos pescadores na transformação social; entende como unidade de análise o agroecossistema e preconiza a gestão sustentável dos recursos naturais, pesqueiros e de da biodiversidade; preconiza a consciência de espécies, o resgate das culturas tradicionais o sentimento de pertencimento a terra e ao território; reconhece o carácter multifuncional dos camponeses considerando suas diversidades. Entende a produção como socialmente incluyente, centrada nos meios de subsistência, apoiados pela economia solidária cujos excedentes são comercializados em mercado de ciclos curtos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas ao longo da pesquisa, concluímos:

- Os pescadores do Guaporé são camponeses e quilombolas;
  - realizam uma espécie de desobediência civil com a implementação acordos de pesca;
  - as políticas de administração, extensão e gestão pesqueira não conseguem atender as demandas de manejo sustentável e gestão compartilhadas demandadas pelos pescadores;
  - incorpora princípios agroecológicos;
- a produção pesqueira artesanal é responsável pelo aquecimento da economia do Guaporé, o fomento produtivo tem promovido divisas de capital para toda cadeia, aquecendo as empresas de insumos, transformação e comercialização, movimentando em 2012 quase R\$ 28 milhões de reais, equivalente U\$ 10 milhões de dólares.

Por fim, a resistência pela manutenção do modo de vida dos pescadores, camponeses e quilombolas, do conhecimento patrimonial, dos saberes das ancestralidades, do pertencimento cultural, gestão compartilhada sustentável são as armas desses irredentos, dos que não se entregam (rendem), continuam a luta, na qual se associa a garantia do direito as políticas públicas para a pesca artesanal e a agricultura de base familiar, de identidade quilombola, pesqueira e camponesa em suas múltiplas significações no Guaporé.

## 6. REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, O. T. Manejo da pesca na Amazônia brasileira – São Paulo: Peirópolis, 2006.
2. BAYLEY, P. B. Fish yield from the Amazon in Brazil: comparisons with African river yields and management possibilities. *Trans. Am. Fish Soc.*, 110: 351-359. 1981.
3. BARTHEM, R. B.; PETRERE, M. JR.; ISAAC, V.; RIBEIRO, M. C. L.B.; MCGRATH D. G.; VIEIRA, I. J. A.; BARCO M. V. A pesca na Amazônia: Problemas e Perspectivas para o seu Manejo. Em Pádua C. V.; Bodmer R. E. Manejo e Conservação de Vida Silvestre no Brasil. Instituto de Pesquisas Ecológicas. MCT. CNPq. Brasília. 1997.
4. CARDOSO R. S.; FREITAS. C. E. C. Desembarque e Esforço da Pesca da Frota Pesqueira Comercial de Manicoré (Médio Rio Madeira), Amazonas, Brasil. *Acta Amazônica*, 2007
5. CARNEIRO, N. P. A colonização do Vale do Guaporé. 2008. Disponível em: <http://www.artigonal.com/educacao-artigos/a-colonizacao-do-vale-do-guapore-374589.html>. Acessado em: 20 de março de 2012.
6. DIEGUES A. C. Brazil: Environmental Impact assessments : The view from the other side. *Samudra Rep.* 1996.
7. FAO. El estado mundial de La pesca y La acuicultura 2014. 2010. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/013/i1820s/i1820s.pdf>. Acessado em: maio de 2014.
8. FISCHER, C. F. A.; CHAGAS, A. L. G. A.; DORNELLES, L. D. C. Pesca de águas interiores. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), 29p. 1992.
9. Fowler, H. W. Further knowledge of some Heterognathous fishes. Part I. *Proceedings of the Academy of Natural Sciences of Philadelphia*, 58: 293-351. 1906.
10. IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Estatística da Pesca 2006 Brasil: Grandes regiões e unidades da Federação. Brasília: Ibama, 2008.
11. IBGE. Rondônia. Disponível em: Acessado em: outubro de 2011.
12. ISAAC, V. J.; RUFFINO, M. L. Populations dynamics of tambaqui, *Colossomamacropomum* Cuvier 1818, in the Lower Amazon, Brazil. *Fisheries*. 1996.
13. MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.
14. MERONA, B. BITTENCOURT, M. M. La pêche artisanale em Amazonie Centrale: approches et difficultés. In: DURAND, J. R. LEMOADLE, J. & WEBER, J. (Eds.). *La Recherche Face a la Pêche Artisanele*. Symposium International ORSTON-IFREMER, ORSTON. Tommo I: 433-441. 1991.
15. MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura. O potencial Pesqueiro de 2013. Disponível em: [http://www.mpa.gov.br/#imprensa/2013/AGOSTO/nt\\_AGO\\_19-08-Producao-de-pescado-aumenta](http://www.mpa.gov.br/#imprensa/2013/AGOSTO/nt_AGO_19-08-Producao-de-pescado-aumenta). Acessado em: setembro de 2011.
16. MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura. Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura – Brasil 2014. disponível em: [http://www.mpa.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=152&Itemid=289](http://www.mpa.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=152&Itemid=289). Acessado em: março de 2014.
17. OLABUENAGA, J. I. R. Metodología de la investigación cualitativa. 2. ed. Bilbao: Universidad de Deusto, 1999.
18. ONU – Organização das Nações Unidas. Estudo da ONU avalia a degradação e a super exploração dos recursos marinhos. Publicado em 7 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2008/08/07/estudo-da-onu-avalia-a-degradacao-e-a-super-exploracao-dos-recursos-marinhos/onu>. 2008.
19. PAS - Plano Amazônia Sustentável: Diretrizes para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Brasileira/Presidência da República. Brasília: MMA, 2012. 112 p.:Il. Color.; 28 cm.

20. PETRERE Jr. A pesca comercial no rio Solimões – Amazonas e seus afluentes: análise do pescado desembarcado no Mercado Municipal de Manaus (1976-1978). *Ciência e Cultura*, 37 (12): 1987-1999. 1985.
21. PETRERE JR., M.; BARTHEM, R. B.; CÓRDOBA, E. A.; GÓMEZ, B. C. Review of the large catfish fisheries in the upper Amazon and the stock depletion of piraíba (*Brachy platystomafilamen tosum* Lichtenstein). *Reviews in Fish Biology and Fisheries*, 14 (4):403-414. 2004.
22. RUFFINO, M. L. A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira. Manaus: Ibama/ProVárzea. 2004.
23. RUFFINO, M. L.; ISAAC, V. J. Dinâmica populacional do surubim-tigre, *Pseudoplatysto matigrinum* (Valenciennes, 1840) no Médio Amazonas (Siluriformes, Pimelodidae). *Acta Amazonica*, 29(3):463-476. 1999.
24. SILVA, J. S. Diagnóstico e Planejamento Participativo na Perspectiva de manejo Sustentável dos Recursos Naturais e da Biodiversidade. Projeto Perimetral Norte/Seaf. Julho/2009
25. TEIXEIRA, M. A. L.; AMARAL, G. G. Quilombolas de Jesus – Vale do Rio são Miguel Guaporé Rondônia. São Paulo. Ed. Gráfica WB. 2010.

# Publish Research Article

## International Level Multidisciplinary Research Journal For All Subjects

Dear Sir/Mam,

We invite unpublished Research Paper, Summary of Research Project, Theses, Books and Books Review for publication, you will be pleased to know that our journals are

### Associated and Indexed, India

- ★ Directory Of Research Journal Indexing
- ★ International Scientific Journal Consortium Scientific
- ★ OPEN J-GATE

### Associated and Indexed, USA

- DOAJ
- EBSCO
- Crossref DOI
- Index Copernicus
- Publication Index
- Academic Journal Database
- Contemporary Research Index
- Academic Paper Database
- Digital Journals Database
- Current Index to Scholarly Journals
- Elite Scientific Journal Archive
- Directory Of Academic Resources
- Scholar Journal Index
- Recent Science Index
- Scientific Resources Database

Review Of Research Journal  
258/34 Raviwar Peth Solapur-413005, Maharashtra  
Contact-9595359435  
E-Mail-ayisrj@yahoo.in/ayisrj2011@gmail.com  
Website : www.ror.isrj.org